



A dependência como causa contra-arrestante permanente da queda da taxa de lucro: um estudo a partir de Marx e da Teoria Marxista da Dependência

Marlon de Oliveira Xavier¹
Géssica Carolina Goulart Pinto²

Resumo

Neste artigo, defendemos a tese segundo a qual a dependência é uma causa contra-arrestante permanente da queda da taxa de lucro, que compensa as perdas do capital nos países centrais, bem como essa relação impacta na condição de subdesenvolvimento do Brasil. Partiremos da Teoria Marxista da Dependência, tomando como base as obras de Andre Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, sua construção das leis tendenciais e o processo de acumulação nos países de capitalismo dependente, bem como a obra de Marx no tocante às causas contra-arrestantes da queda da taxa de lucro. O objetivo é demonstrar que um dos motivos para as crises de capital derivadas da queda da taxa de lucro não serem fulminantes é a atuação da relação de dependência como uma forma de amortecimento, de modo que propomos como solução o rompimento da estrutura dependente através de um projeto nacionalista revolucionário.

Palavras chave: Causa contra-arrestante permanente, Acumulação dependente, Superexploração da força de trabalho.

La dependencia como causa permanente contrarrestante de la caída de la tasa de ganancia: un estudio basado en Marx y la Teoría Marxista de la Dependencia

Resumen

En este artículo defendemos la tesis de que la dependencia es una causa compensatoria permanente de la caída de la tasa de ganancia, que compensa las pérdidas de capital en los países centrales, y que esta relación impacta en la condición de subdesarrollo de Brasil. Partiremos de la Teoría Marxista de la Dependencia, tomando como base los trabajos de André Gunder Frank y Ruy Mauro Marini, su construcción de las leyes de tendencia y del proceso de acumulación en los países capitalistas dependientes, así como el trabajo de Marx respecto de las causas contrarrestantes de la caída de la tasa de ganancia. El objetivo es demostrar que una

¹ Doutorando em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), bolsista do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação no Estado do Paraná (PDPG) - Parcerias Estratégicas nos Estados III (Capes/Fundação Araucária); membro do InSUR - Centro de Investigações em Direito Insurgente, Economia Política e Movimentos Populares na América Latina; membro do Grupo de Pesquisa Campo, Cidade e Revolução (CCR/IELA), vinculado ao Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA/UFSC). marlon.xavier.arquivo@gmail.com

² Doutoranda em Direitos Humanos e Democracia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) com bolsa CAPES/PROEX, graduada em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); membro do InSUR - Centro de Investigações em Direito Insurgente, Economia Política e Movimentos Populares na América Latina; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital: retrocesso social e avanços possíveis, vinculado à UFRGS/USP/CNPQ. Possui interesse nas seguintes áreas: Direito do trabalho, Teoria Marxista da Dependência, Direito e Marxismo, Sociologia Jurídica do Trabalho. gessicacarinag@gmail.com

de las razones por las que las crisis de capital resultantes de la caída de la tasa de ganancia no son devastadoras es el papel de la relación de dependencia como forma de amortiguación, por lo que proponemos como solución la ruptura de la estructura dependiente a través de un proyecto nacionalista revolucionario.

Palabras clave: Causa de contraarresto permanente, Acumulación dependiente, Superexplotación de la fuerza laboral.

Dependence as a permanent counter-arresting cause of the fall in the rate of profit: a study based on Marx and the Marxist Dependency Theory

Abstract

In this article, we defend the thesis that dependency is a permanent counter-arrestant cause of the fall in the rate of profit, which compensates for capital losses in central countries, and that this relationship impacts Brazil's underdevelopment. We will start from the Marxist Dependency Theory, taking as a basis the works of Andre Gunder Frank and Ruy Mauro Marini, their construction of the laws of tendency and the accumulation process in dependent capitalist countries, as well as Marx's work regarding the counter-arrestant causes of the fall in the rate of profit. The objective is to demonstrate that one of the reasons why capital crises resulting from the fall in the rate of profit are not fulminating is the action of the dependency relationship as a form of cushioning, so that we propose as a solution the rupture of the dependent structure through a revolutionary nationalist project.

Key words: Permanent counter-arrestant cause, Dependent accumulation, Overexploitation of the labor force.

Introdução

Entendendo que a crise capitalista assume outras feições na periferia do sistema, onde as contradições internas se agudizam a tal ponto que a tensão entre as classes dominantes e dominadas se mantém no limite e suas consequências econômicas impactam fortemente a classe trabalhadora, partimos da Teoria Marxista da Dependência para analisar a relação entre a acumulação dependente e a exploração do trabalho na periferia, assumindo que existe conexão entre a queda da taxa de lucro nos países centrais e a condição de subdesenvolvimento dos países periféricos, defendendo a tese de que a dependência é causa contra-arrestante permanente da lei tendencial da queda da taxa de lucro.

Seguimos a indicação feita por Karl Marx (2017, p. 271), no início do Capítulo 14 do Livro III de O Capital, o qual nos indica que “a dificuldade que se apresenta não é a mesma na qual os economistas tropeçam até hoje, isto é, a de explicar a queda da taxa de lucro, mas a dificuldade inversa, a saber: a de explicar por que essa queda não é maior nem mais rápida”. Há, de fato, muitas causas para as crises do capital, tanto que estas ocorrem de forma cíclica,

porém, é inegável o processo de recuperação pós-crise, a amenização dos seus resultados ou mesmo a atenuação de suas causas. Buscamos, neste trabalho, agregar elementos para a reflexão da função dos países dependentes nesse processo de contra-arrestamento de uma das principais causas das crises capitalistas.

Para isso faremos um percurso teórico que parte da análise das obras de Andre Gunder Frank, sobre a relação metrópole-satélite, e Ruy Mauro Marini, com sua estruturação das leis tendenciais do capitalismo dependente, no que diz respeito ao processo de acumulação nos países dependentes e sua forma de exploração própria, a superexploração da força de trabalho. Após, cotejando a obra de Marx, principalmente a seção III do terceiro livro de O Capital, com estudos mais recentes da crise capitalista, pretendemos observar como se dá a relação entre a lei tendencial da queda da taxa de lucro, o surgimento da crise capitalista como elemento estruturante do próprio processo de acumulação, e as causas que atuam na atenuação dessa tendência. Ao final, identificando consequências específicas derivadas da relação tendência/contra-tendência sobre a estrutura metrópole-satélite (ou imperialismo-dependência), apontamos como possibilidade estratégica a retomada de um nacionalismo revolucionário pela classe trabalhadora a partir de Jorge Enea Spilimbergo.

1. A Dialética da Dependência e o Subdesenvolvimento Latino-Americano

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) ou teoria crítica à dependência foi uma das mais profícuas formulações teóricas da América Latina, tendo seu núcleo formado pelos brasileiros Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, bem como pelo alemão Andre Gunder Frank. Originado pelo debate coletivo desse grupo de exilados, principalmente no tempo de funcionamento do Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO) no Chile, a TMD buscava desenvolver uma teoria autônoma e original sobre o desenvolvimento das economias da periferia do capitalismo.

Gunder Frank (2005), dando início à guinada crítica à dependência, argumentava que era necessário compreender as economias latino-americanas em relação ao sistema capitalista como um todo, sua divisão internacional do trabalho, apontando para uma vinculação estrita entre o centro metropolitano e seus satélites (periferizados). Essa vinculação, que se origina na colonização, produziu uma polarização estrutural na qual a metrópole engendra a exploração dos satélites, realizando a expropriação e a apropriação do excedente econômico desses países. Assim, ao se desenvolver através dessa expropriação, o centro gera o subdesenvolvimento da

periferia³, e quando os países satelizados realizam seu desenvolvimento dentro do quadro de expansão capitalista, apenas alcançam o desenvolvimento do subdesenvolvimento:

Esta misma contradicción metrópoli-satélite penetra aún más hasta caracterizar a todos los niveles y las partes del sistema capitalista. Esta contradictoria relación entre el centro metropolitano y el satélite periférico, como el proceso de expropiación-apropiación del excedente, recorre todo el sistema capitalista mundial al modo de una cadena, desde su alto centro metropolitano mundial hasta cada uno de los diversos centros nacionales, regionales, locales y empresariales. Una consecuencia obvia de las relaciones externas de la economía del satélite es la pérdida de una parte de su excedente económico a manos de la metrópoli. (Frank, 2005, p. 20).

De forma sintetizada, é possível indicar que sua formulação se sustenta em que a forma e o tipo de desenvolvimento (subdesenvolvido) dos países da América Latina devem-se à relação com o desenvolvimento capitalista global, são resultado deste; o modo de produção capitalista produz uma polarização, que se expressa na relação metrópole-satélite, onde a metrópole explora o satélite; essa expressão (metáfora geográfica) se reproduz em diversos níveis, como entre países, entre regiões de um país, entre cidades de uma região, entre setores de uma dada economia, entre tipos diferentes de relação social (possuidores de terras, inquilino, arrendatário, assalariado rural); toda essa relação se baseia na dinâmica expropriação/apropriação e costuma ocorrer com a participação, através da associação, de elementos internos ao satélite (como burguesia nacional).

Ruy Mauro Marini segue a construção frankiana e desenvolve certas leis tendenciais no interior de seu funcionamento. A relação de dependência seria uma condição histórico-estrutural, indicando que o capitalismo nos países da América Latina — e sua formação social correspondente — tem uma origem determinada na história (a colonização), mas se reproduz a partir de estruturas internas de funcionamento. A dependência em si é considerada somente a partir da independência formal desses países, a sua ascensão de colônia a Estado Nacional, pois esta é entendida “como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2005, p. 141).

Esse modelo de inserção da economia dos países latino-americanos no mercado mundial estabelece certas condições de funcionamento caracterizadas, principalmente, pela posição ocupada na divisão internacional do trabalho (como produtor de alimentos e matérias-

³ Apesar de utilizarmos aqui uma titulação simplificada, é importante indicar que Gunder Frank utiliza os termos “metrópole-satélite”, enquanto os cepalinos utilizavam “centro-periferia” e os dependentistas críticos a construção “países imperialistas - países dependentes”.

primas), a produção voltada e condicionada pelos interesses externos (direcionada à exportação), a cisão entre as esferas da produção e da circulação (produz-se para o exterior e não se consome o que se produz) e o conseqüente divórcio entre uma esfera alta de consumo (bens suntuários) e uma esfera baixa (de consumo proletário). Devido a essas características e diferentemente do que aconteceu no desenvolvimento industrial dos países centrais - principalmente europeus -, o desenvolvimento do capitalismo industrial nos países periféricos não é acompanhado pelo barateamento dos bens de consumo popular e a possibilidade de se alterar o eixo de acumulação da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa.

Nos países centrais, o desenvolvimento capitalista, a partir do início do século XIX, passa por uma evolução tecnológica sem precedentes, a revolução industrial, que eleva a produtividade do trabalho, aumenta exponencialmente o volume da produção, barateia as mercadorias produzidas e aumenta a composição orgânica do capital, permitindo que mais mercadorias sejam produzidas por menos trabalho e em menor tempo. Isso só foi possível devido à integração das colônias e, posteriormente, das economias dependentes, ao mercado mundial, o que gerou uma oferta extraordinária de matérias-primas e alimentos, bem como de meios de pagamento (ouro e prata). Essa oferta permitiu a liberação de trabalho da agricultura nos países centrais e, somado à expropriação dos pequenos proprietários, o aumento da população trabalhadora assalariada. Toda essa evolução gerou o desenvolvimento capitalista no centro a partir do subdesenvolvimento da periferia. Assim:

O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos (Marini, 2005, p. 143).

Essa oferta de matérias-primas e alimentos a baixos preços, as quais entraram no consumo da classe trabalhadora dos países centrais — as primeiras no consumo produtivo e as segundas no improdutivo, na reprodução —, permite que se altere o eixo de acumulação nos países centrais da mais-valia absoluta, baseada na extensão da jornada de trabalho, para a mais-valia relativa, derivada da “redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração da proporção entre as duas partes da jornada de trabalho” (Marx, 2017, p. 390). A diminuição do trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho pode ocorrer justamente pelo barateamento das mercadorias do consumo do trabalhador, o que ocorre inicialmente pelos alimentos mas, com o desenvolvimento capitalista, com a inserção da classe

trabalhadora em uma esfera de consumo mais alta, ou seja, na introdução no consumo dos trabalhadores dos produtos industriais produzidos em maior quantidade.

Isso significa que, no desenvolvimento do capitalismo industrial dos países centrais, os próprios trabalhadores podem passar a mercado consumidor interno da produção, o que não poderia acontecer nos países dependentes.

O fato da produção capitalista dos países periféricos ser direcionada ao exterior faz com que os produtos industriais produzidos não sejam introduzidos no consumo dos trabalhadores e o mercado interno se constitua insuficientemente. A massa de produtos industriais que chegam aqui através do comércio exterior são relativamente mais caros que os produzidos na América Latina, o que gera duas consequências: de um lado, devido à baixa composição orgânica do capital em relação aos países centrais, há uma transferência de valores⁴, que faz parte do mais-valor produzido ser apropriado pela economia central, processo compensado pela superexploração da força de trabalho nos países dependentes; de outro, o consumo da classe trabalhadora é comprometido, já que os salários são insuficientes para suprir totalmente a reprodução da força de trabalho, ou seja, a razão entre o salário real e o salário necessário pende negativamente para os trabalhadores. E é assim que:

[...] incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico possibilitou ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar sua produtividade e, simultaneamente, sustentar a tendência para remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. Para isso contribuiu decisivamente a vinculação das novas técnicas de produção com setores industriais orientados para tipos de consumo que, se tendem a convertê-los em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhuma hipótese nas sociedades dependentes. (Marini, 2005, p. 177).

A partir dessa resumida indicação da dialética da dependência podemos avançar sobre os fundamentos da economia dependente e as relações que mantém com as economias centrais. De início é importante constatar que a economia dependente se apresenta, desde sua origem, como subordinada e, nos melhores casos, em posição subalterna na divisão internacional do trabalho, ficando à mercê dos países que dominam as esferas altas da produção, no que concerne às fases superiores, de desenvolvimento tecnológico maior ou alta composição orgânica de capital. O confronto entre as mercadorias das economias dependentes e dos países centrais expõe a depreciação do valor das mercadorias latino-americanas, a troca desigual e, conseqüentemente, a transferência de valor.

⁴Seguindo o modelo marxiano da formação dos preços de produção e do lucro médio desenvolvidos no livro 3 de “O Capital”, o qual abordaremos mais à frente.

O valor transferido torna-se perda para o capitalista latino-americano. Mas como o capitalista é a personificação do capital, este atua a todo momento em busca do lucro, da progressiva expansão da acumulação, e trata de compensar as perdas que a estrutura do mercado lhe impõe. A melhor solução para o capital é se aproveitar da sempre crescente superpopulação relativa e aumentar a exploração dos trabalhadores a partir da compressão dos salários.

Esse fenômeno, de permanente arrocho salarial, é apenas um elemento da superexploração da força de trabalho. A superexploração, como conceitua Marini, é o concomitante aumento da mais-valia absoluta pela extensão da jornada de trabalho⁵, da mais-valia relativa, “obtida através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva”⁶ (Marini, 2005, p. 154) e um terceiro procedimento, “que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite formal”, constituindo apropriação do fundo de consumo do trabalhador pelo capitalista⁷.

Enquanto nos países centrais a acumulação tende a depender do aumento da capacidade produtiva do trabalho, nos países periféricos os mecanismos de superexploração “configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador” (Marini, 2005, p. 156), no uso extensivo e intensivo da força de trabalho. O progresso tecnológico, que se caracteriza, no capitalismo central, pela economia de força de trabalho, assume a característica, no capitalismo dependente, de não poupar a força de trabalho, justamente por possuir um exército industrial de reserva suficientemente grande para a rápida substituição. O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo dependente assume o papel de expandir de forma estupenda a produção de mais-valia, ao mesmo tempo que o monopólio tecnológico e o predomínio do capital estrangeiro fazem com que este valor produzido seja escoado ao exterior, de modo que “a estrutura interna do capitalismo dependente aponta para a superexploração da força de trabalho” (Xavier, 2022, p. 117).

⁵ O que pode surgir a partir da legalização e formalização de modelos contratuais que permitam jornadas de trabalho superiores aos limites histórico-morais, ou, a partir de uma dada jornada de trabalho social, o incremento da jornada de trabalho individual pelo aumento do número de jornadas a serem realizadas para assegurar o salário nas mínimas condições.

⁶ Que representa o aumento do sobretrabalho em relação ao trabalho necessário, permitido por diversas ferramentas, principalmente de atuação estatal. Sobre isso ver Almeida Filho, 2013 e Luce, 2018.

⁷ A melhor expressão dessa subtração é o abismo corrente e histórico entre o salário mínimo e o salário mínimo necessário à reprodução da força de trabalho, calculado pelo DIEESE (em Janeiro de 2025 o salário mínimo nominal é de R\$ 1.512,00, enquanto o salário mínimo necessário é calculado em R\$ 7.156,15). Essa diferença impõe algumas mazelas: o cotidiano no limite da fome; o endividamento constante; o excesso de atividades complementares, seja de trabalho registrado, seja de “apostas empreendedoras”. O resultado costuma ser a abundância de acidentes de trabalho, de problemas de saúde, aposentadorias prematuras e, no geral, a baixíssima qualidade de vida.

O fato das novas técnicas de produção serem direcionadas para setores que não influenciam no consumo das massas nos países dependentes contribuiu para essa tendência. Toda vez que o aumento da produtividade não afetava a produção de bens de consumo dos trabalhadores, ou seja, afetava apenas os produtos supérfluos (na época das análises, principalmente automóveis e eletrodomésticos) consumidos pela esfera alta de consumo, o “aumento do lucro não poderia se dar sobre o aumento da taxa de mais-valia, mas apenas pelo aumento da massa de valor” (Xavier, 2022, p. 117). Desse modo:

A difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque *a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor* — e portanto de mais-valia — que da taxa de mais-valia. (Xavier, 2022, p. 177 - grifo nosso).

Ou seja, como os valores produzidos na América Latina precisam ser realizados no exterior, onde há uma perda considerável através da transferência de valor ocasionada pela troca desigual, os capitalistas dos países dependentes efetuam a compensação através do aumento da massa de valor, o que nesse caso representa o aumento da massa de mercadorias, sem, contudo, aumentar a composição orgânica do capital, isto é, aprofundando os mecanismos de superexploração mencionados.

De tal modo, a superexploração da força de trabalho e a acumulação baseada no aumento da massa de valor constituem leis tendenciais do funcionamento do capitalismo dependente. Mas essa relação existente entre centro e periferia, entre os países imperialistas e os países dependentes, esconde um dos elementos que mantém a necessidade de reprodução da dependência: a atuação da relação dependente como causa contra-arrestante permanente da lei tendencial da queda da taxa de lucro que atinge os países centrais.

2. A Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro

A lei tendencial da queda da taxa de lucro foi apresentada por Marx na Seção III do Livro 3 de O Capital, que trata do processo global da acumulação capitalista ou, nas palavras do autor, se dedica a “descobrir e expor as formas concretas que brotam do *processo de movimento do capital considerado como um todo*” (Marx, 2017, p. 53), integrando produção e circulação.

A lei em si expressa a própria condição necessária da expansão permanente do modo de produção capitalista, seja em questão de intensidade, seja em questão de volume, mas

também indica que o desenvolvimento capitalista gera a queda da taxa de lucro. Expliquemos a relação entre a produção do valor, a formação do lucro e a tendência de queda.

O valor de uma determinada mercadoria é calculada = $c+v+mv$, ou seja, é a soma do capital constante (matéria-prima e depreciação da máquina), do capital variável (correspondente ao valor da força de trabalho) e a mais-valia (acrescida pelo trabalho vivo, o trabalho realizado na produção do item). A mais-valia é calculada sobre o valor do capital variável pois este é o único que gera valor, de modo que se desconsidera o capital constante, que é constante pois não varia ao longo do processo de valorização e já entra em seu processo com preços dados. Se levarmos em conta que a taxa da mais-valia é de 100%, ou seja, o tempo de trabalho necessário é igual ao tempo de trabalho excedente ou o trabalhador exerceu sua atividade durante 8 horas mas só recebeu por 4 horas, a grandeza do mais-valor será igual à grandeza do capital variável.

O lucro, no entanto, que é aquilo que o capitalista se apropria ao final do processo produtivo, não é diretamente a mais-valia⁸. O lucro é calculado sobre o capital total, ou seja, sobre o capital investido, levando em conta o capital constante. Isso implica que, considerando montantes iguais do capital total, o lucro vai aumentar ou diminuir de acordo com a proporção entre capital constante e capital variável. Quanto maior o capital variável, maior o lucro, quanto maior o capital constante, menor o lucro. E mesmo aumentando o capital total, mantendo o mesmo volume de capital variável, a taxa de lucro tende a cair.

A lógica por trás da problemática começa a se tornar visível. O capital variável é que produz valor, portanto o seu aumento é o que gera maior lucro, ou seja, quanto mais houver trabalho explorado, mais lucro passível de acumulação. O aumento do capital constante significa que houve avanço tecnológico que permite poupar trabalho no processo produtivo, isto é, a mesma força de trabalho, o mesmo número de trabalhadores, produz muito mais, mas cada mercadoria individual contém em si muito menos trabalho, muito menos valor. Quanto maior o capital total e o capital constante, maior o número de mercadorias produzidas e menor o seu valor, com o seu consequente barateamento.

Segundo Marcelo Carcanholo:

A lei da queda tendencial da taxa de lucro é um desdobramento da tendência ao desenvolvimento das forças produtivas que provocam a elevação da composição orgânica do capital e, dada a taxa de mais-valor, leva à tendência decrescente da taxa de lucro. Esse aumento da produtividade é uma lei geral da

⁸ “O lucro de que falamos aqui não é mais que um nome distinto para designar o próprio mais-valor, que só se apresenta em relação com o capital total, e não em relação com o capital variável do qual emana”. (Marx, 2017, p. 252).

economia capitalista, que faz, por intermédio da concorrência, que eles procurem reduzir os valores individuais de suas produções para, ao venderem pelo valor de mercado, poderem apropriar-se do mais-valor extraordinário. Do ponto de vista da totalidade, esse aumento da composição orgânica do capital reduz a taxa de lucro e, por consequência, os capitais reduzem as taxas de acumulação, constituindo a crise. (Carcanholo, 2021, p. 126-127) ⁹ .

No ambiente de concorrência, o mercado, o desenvolvimento tecnológico é um imperativo: de um lado, o desenvolvimento das forças produtivas permite o acréscimo geral da produção permitindo que mais mercadorias e, conseqüentemente, mais valor possa ser realizado e acumulado pelo capitalista no menor espaço de tempo; por outro lado, a mesma elevação da composição orgânica de capital e o volume de mercadorias permite ao capitalista diminuir o valor individual do produto e, ao vendê-lo pelo preço de mercado, se apropriar de um lucro extraordinário, acima da taxa de lucro médio.

O processo em si acaba gerando um revés, pois, assim que o avanço tecnológico se generaliza, passa-se a aumentar a massa de produtos sem o aumento do valor, acarretando a queda da taxa de lucro. Segundo Marini:

Se o procedimento técnico que permitiu o aumento de produtividade se generaliza para as demais empresas e, por isso, torna uniforme a taxa de produtividade, isso tampouco acarreta no aumento da taxa de mais-valia: será elevada apenas a massa de produtos, sem fazer variar seu valor, ou, o que é o mesmo, o valor social da unidade de produto será reduzido em termos proporcionais ao aumento da produtividade do trabalho. A consequência seria, então, não o incremento da mais-valia, mas na verdade a sua diminuição. (Marini, 2005, p. 145-146).

Dizendo de outro modo, se em relação ao capital total a massa de trabalho decai (ou seja, o capital variável - v), também decai o mais-trabalho e o mais-valor. Assim:

[...] como a massa do trabalho vivo empregado sempre decresce em relação à

⁹ Sobre a mais-valia extraordinária, anota Carcanholo: “a categoria do mais-valor extraordinário se encontra no nível da apropriação de valor. É porque um capital individual aumenta sua produtividade, reduz seu valor individual e, ao vender pelo valor de mercado (tempo de trabalho socialmente necessário) se apropria de uma magnitude maior do que a que produziu; magnitude essa que foi produzida por capitais menos produtivos mas que não se apropriaram dela” (Carcanholo, 2021, p. 127). Também Marini: “De fato, se bem constitui a condição por excelência da mais-valia relativa, uma maior capacidade produtiva do trabalho não assegura por si só um aumento da mais-valia relativa. Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores —ou seja, uma mais-valia extraordinária. Dessa forma, essa mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário, mas não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no setor considerado, ou seja, não incide na taxa de mais-valia”. (Marini, 2005, p. 145). Em Marx: “O capitalista que emprega métodos de produção aperfeiçoados, mas ainda não generalizados, vende abaixo do preço de mercado, porém acima de seu preço de produção individual; isso faz com que a taxa de lucro aumente para ele até que a concorrência se encarregue de equalizá-la” (Marx, 2017, p. 269).

massa do trabalho objetivado que o trabalho vivo mobiliza, isto é, em relação aos meios de produção produtivamente consumidos, também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valor tem de encontrar-se numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital total empregado. (Marx, 2017, p. 251).

Antes de prosseguirmos, cabe fazer uma observação sobre a taxa de lucro e a transferência de valor. Anteriormente dissemos que o valor das mercadorias é calculado por $c+v+mv$, mas, efetivamente, não é por esse valor que elas são vendidas. No mercado, em que há diversos ramos de produção, com diferentes composições orgânicas de capital, é normal que o mesmo montante de capital produza taxas de lucro diferentes, dependendo, como indicamos acima, da proporção entre capital constante e capital variável. Dessa forma, a tendência é que os capitalistas invistam naqueles ramos que geram mais lucro. No entanto, aumentando o número de capitalistas e, portanto, de capital nesses ramos, aumenta a quantidade de mercadorias postas no mercado e seu preço cai, nesse caso, passam a ser vendidas abaixo do seu valor. Nos ramos com menor taxa de lucro a diminuição de capitalistas concorrendo faz com que os produtos possam ser vendidos acima do seu valor. O que acontece é que no mercado, devido a esse movimento de capitais¹⁰, de um ramo a outro, estes não recebem a parcela correspondente a mais-valia efetivamente produzida no seu ramo. O lucro acima ou abaixo acaba apontando para a formação de um lucro médio entre os ramos.

Há uma redistribuição permanente de mais-valia entre eles, alguns recebem mais e outros recebem menos. Assim, apesar de cada ramo criar uma massa de mais-valia diferente, na prática, recebe, aproximadamente, igual lucro. [...] Os produtos se venderão, então, por seu preço de produção ($c+v+l_m$) em lugar de seu valor ($c+v+mv$). Este é o preço que aparece, aquele que se vê no mercado. A concorrência entre os diferentes ramos de produção, ou seja, o movimento dos capitais de um ramo a outro, buscando o maior lucro, explica a formação do lucro como distribuição de mais-valia entre a classe capitalista. (Foladori; Melazzi; Kilpp, 2016, p. 158).

Essa relação é importante para entendermos a formação do lucro médio e como essa taxa se generaliza em uma dada economia, permitindo compreendermos quando Marx aponta que “o que vale para diversos estágios sucessivos de desenvolvimento num mesmo país vale também para diversos estágios de desenvolvimento simultaneamente existentes em diferentes países” (Marx, 2017, p. 252). Isso significa que tomando o mercado mundial, são as taxas de lucro média dos países que se relacionarão, de modo que a concorrência internacional gera

¹⁰ Importante dizer que se trata de um movimento do capital, ou melhor, da massa de capital investido, e não necessariamente de capitalistas trocando de ramos. Tal processo é melhor observado quando levado em conta o mercado de ações e a especulação sobre valor futuro.

também uma transferência de valor, pois os países mais avançados tecnologicamente terão uma taxa de lucro média menor que os países menos avançados, produzindo, assim, uma equalização que, na aparência, se transforma em um lucro médio geral, mas que expressa, na verdade, transferência de mais-valor.

A lei da queda tendencial da taxa de lucro é, portanto, expressão do desenvolvimento progressivo das forças produtivas da sociedade capitalista ao indicar que, quanto maior o capital constante em relação ao capital variável, menor a taxa de lucro. Entretanto, “as mesmas causas que geram um decréscimo absoluto do mais-valor e, portanto, do lucro sobre determinado capital [...] provocam um aumento da massa absoluta do mais-valor e, conseqüentemente, do lucro apropriado pelo capital social” (Marx, 2017, p. 259). Essa relação contraditória acontece devido ao modo possível de compensação da queda da taxa de lucro que é aumentar o volume do capital total empregado. “Se a taxa de lucro cai em 50%, então ela cai pela metade. Portanto, para que a massa de lucro permaneça constante, o capital terá de duplicar-se” (Marx, 2017, p. 260). E essa tendência é progressiva, no sentido de que o capital total terá sempre de multiplicar-se na mesma proporção do divisor que indica a queda da taxa de lucro. O aumento do capital, então, precisa ser sempre *exponencial*.

Essa lei, contudo, não é absoluta. Se fosse, nada precisaria ser feito para que o capitalismo se consumisse por completo em pouquíssimo tempo, mas a dificuldade maior é entender “por que essa queda não é maior nem mais rápida” (Marx, 2017, p. 271).

3. Causas Contra-Arrestantes à Lei Tendencial da Queda da Taxa de Lucro

Na dialética da relação social do capital, a tendência gera contratendências¹¹. Nessa não poderia ser diferente: anulando ou reduzindo o impacto da queda da taxa de lucro, atuam diversas “influências contra-arrestantes”. Marx cita seis causas - que considera as mais gerais - no capítulo 14 do Livro 3 de O Capital: 1) o aumento do grau de exploração do trabalho, 2) compressão do salário abaixo de seu valor, 3) barateamento dos elementos do capital constante, 4) superpopulação relativa, 5) o comércio exterior e 6) o aumento do capital acionário. Esse não é um rol taxativo de causas, mas uma indicação da forma de atuação do capital para contrapor as contradições internas do seu próprio desenvolvimento. Focaremos, aqui, em indicar como a relação geral de dependência — que pode tanto atuar no sentido de cada uma

¹¹ “[...]como se trata de um processo dialético, a tendência sempre contém contratendências [...] As mesmas leis gerais de funcionamento do capitalismo produzem a tendência e as contratendências; trata-se de uma dialética interna (e não externa) à sociabilidade capitalista” (Carcanholo, 2021, p. 128-129)

das causas, quanto ser uma forma própria — funciona como causa contra-arrestante constante e permanente da referida lei¹².

Em relação às duas primeiras causas e a quarta, sua conexão é profunda e está vinculada à forma de exploração capitalista. A massa de mais-valia (total de mais-valia produzida) se calcula na multiplicação da taxa de mais-valia (o grau de exploração do trabalho) pelo número de trabalhadores. Assim, para evitar a queda da taxa de lucro é possível aumentar o número de trabalhadores ou o grau de exploração destes. O aumento da taxa do mais-valor (da exploração) pode aumentar a massa do mais-valor e a taxa de lucro. Assim, a tendência é contraposta pelo aumento da mais-valia absoluta (pelo aumento da jornada), pela redução do tempo de trabalho necessário ou pela diminuição do capital variável efetivamente pago, isto é, a compressão dos salários abaixo do seu valor, o que implica na apropriação da diferença do capital variável pelo capitalista¹³.

Tal compressão só é possível, contudo, com o enfraquecimento da classe trabalhadora, isto é, havendo uma desarticulação de sua organização, bem como pela existência de um exército industrial de reserva (que pode aparecer tanto como um lumpemproletariado, quanto como trabalhadores informais e desalentados). Esse exército disponível não está mais contido em determinada economia, mas está diluído pela classe trabalhadora global e pode ser acessado, seja pela migração de pessoas ou mesmo pela migração de capital, o que pode implicar na generalização da superexploração, como indicado por Marini em um de seus últimos trabalhos (2015, p. 267). O local de fácil encontro dessa massa de despossuídos é nos países dependentes, nos quais a desarticulação sindical e a supressão de direitos garantem um terreno propício para a compressão salarial.

Em relação ao comércio exterior, este permite baratear os elementos do capital constante através da compra de matérias-primas a preços baixos, como também pode baratear o capital variável quando atinge os bens-salários, aqueles consumidos pelos trabalhadores e que

¹² Jaime Osorio (2018) já havia delineado a relação entre as causas contra-arrestantes à lei tendencial da queda da taxa de lucro e a dependência. Nosso trabalho se diferencia, portanto, não apenas ao expandir essa relação, como também ao indicar a característica da dependência como causa contra-arrestante própria, que implica em consequência determinadas e específicas para as economias dependentes.

¹³ “Certamente, o capitalista pode pagar ao trabalhador, em vez de 5 xelins, apenas 4 xelins e 6 pence, ou menos ainda. Para a reprodução desse valor de 4 xelins e 6 pence bastariam 9 horas de trabalho, obtendo-se assim 3 horas de mais-trabalho em vez de 2 e aumentando-se o próprio mais-valor de 1 xelim para 1 xelim e 6 pence. Mas só chegaria a tal resultado por meio da compressão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho. Com os 4 xelins e 6 pence que produz em 9 horas, o trabalhador dispõe de 1/10 menos meios de subsistência do que antes, o que resulta na reprodução atrofiada de sua força de trabalho. [...] Apesar do importante papel que desempenha no movimento real do salário, esse método é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, portanto também a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu valor integral.” (Marx, O Capital, Livro 1, 2017, p. 388).

compõem o valor da força de trabalho. Por outro lado, permite a expansão da escala da produção e supre a necessidade de um mercado cada vez mais ampliado onde, necessariamente, não se compete em condições iguais.

Para os capitalistas dos países centrais o comércio exterior se estabelece como elemento que permite: 1) a compra de alimentos e matérias-primas por preços módicos que geram, em última instância, o barateamento total da produção e o aumento da taxa de mais-valor; 2) o investimento de capitais no comércio exterior com uma taxa de lucro mais elevada, devido à competição ocorrer “com mercadorias produzidas por outros países, com menos facilidades de produção, de modo que o país mais avançado vende mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas que os países concorrentes” (Marx, 2017, p. 276), ou seja, há facilidade na produção do *lucro extraordinário*; 3) já na fase imperialista-monopolista, a troca de mercadorias industriais por produtos *in natura* permite a transferência de valor pelos mecanismos do preço; 4) além de que o investimento em países de baixo desenvolvimento tecnológico e, portanto, altas taxa de exploração devido à condição própria do trabalho (ausência de legislação protetiva para o trabalhador, jornadas de trabalho extensas, trabalho escravo ou análogo, emprego de mão de obra barata e irregular em ciclos extrativos de curto período) produz altas taxas de lucro; 5) e se favorece da existência de auxílios estruturais (isenções fiscais, obras de infra-estrutura, garantia de realização do valor e proteção estatal à quebra) por parte dos Estados para exploração local. De modo geral, permite a compensação das perdas da concorrência no seio das suas economias de origem.

Já o aumento do capital acionário se relaciona com a dependência ao passo que as empresas que se desenvolvem nos países dependentes realizam a abertura de capital (a venda de ações na bolsa de valores), os quais são comprados por capitais internacionais, que passam a receber dividendos. Esses dividendos traduzem-se na transferência do valor produzido (e mais-valor expropriado) para as economias centrais, de modo que estas se favorecem com o crescimento econômico dessas empresas e, portanto, com o aumento da exploração do trabalho nessas economias. São, portanto, capitais que não participam do processo produtivo dos países centrais e apenas aportam, depois de certo tempo, como capital apropriado gratuitamente, auxiliando na compensação de qualquer tipo de perda, inclusive derivada da queda da taxa de lucro.

Há, ainda, mais uma dinâmica vinculada à relação entre a dependência e as causas contra-arrestantes, nesse caso, com a lei tendencial da queda da taxa de lucro. Como nos ensina Andre Gunder Frank, a relação metrópole-satélite é uma estrutura que se estende do centro macrometropolitano até os mais isolados camponeses, de modo que a conformação dessa cadeia

de relações implica na incorporação de todos “al sistema capitalista mundial en su conjunto” (Frank, 1965, p. 24). A metrópole insere na economia satélite, portanto, também as contradições do modo de produção capitalista, inclusive a lógica de acumulação que levará à lei tendencial da queda da taxa de lucro.

A dinâmica metrópole-satélite consiste em o centro expropriar e apropriar-se do excedente produzido na periferia, de modo que a periferia não tem acesso, ou melhor, não se apropria em parte do próprio excedente. Essa riqueza que se perde não é reinvestida e muito menos utilizada para o desenvolvimento do capitalismo nativo, o que representa a ausência de um desenvolvimento autônomo. Dessa forma, quando ocorrem crises no sistema central, os países centrais conseguem compensar através da apropriação do excedente periférico (utilizam-se das causas contra-arrestantes apresentadas); já os países periféricos não conseguem compensar a partir da expropriação capitalista alheia, apenas da exploração dos trabalhadores, isto é, da superexploração. Estes já partem de uma perda, de modo que a crise tende a estourar e ter resultados mais críticos na periferia do sistema. Como é de praxe, a solução do capital nativo passa a ser a associação ao capital estrangeiro como garantia de sobrevivência.

Gunder Frank aponta que, no processo de desenvolvimento capitalista na América Latina, é a integração capitalista promovida pela metrópole que promove o subdesenvolvimento, porquanto os satélites só conseguem superar momentaneamente essa condição subdesenvolvida nos momentos de debilidade metropolitana. Essa relação parece ter se complexado na fase globalizada, pois agora a debilidade das economias metropolitanas passa a ser compensada de forma muito mais direta pela rede de capitais inseridas nas periferias¹⁴. As debilidades econômicas do centro são compensadas, o que significa que são transferidas para os países dependentes, os quais, por sua posição subalterna, possuem poucos recursos de compensação: podem diminuir a margem de lucro do capital (o que, por óbvio, jamais ocorre), podem leiloar o capital fixo construído (a infraestrutura) ou podem aumentar a exploração dos trabalhadores, reduzindo a regulação do trabalho, aumentando o custo de vida e reduzindo os serviços estatais prestados, os quais passam a ser privatizados e transformados em fundo de acumulação de capital.

As saídas possíveis para os países dependentes, portanto, não passam pelas opções burguesas de compensação, mas precisam incorrer na ruptura com a estrutura metrópole-satélite, o que implica na ruptura da dependência. Dessa forma, romper com a vinculação ao

¹⁴ Não podendo desenvolver esse ponto no momento, convém indicar que tem papel fundamental nessa maleabilidade do capital o capital financeiro desenvolvido em torno do sistema de crédito e do capital fictício.

capital internacional requer um projeto político assentado no afastamento dos capitais internacionais e da associação a esses capitais, isto é, um projeto nacionalista. Porém, como demonstrado acima, devido à tendência associativa dos capitalistas nativos e das formas de dominação do capital financeiro, o projeto nacionalista possível é necessariamente crítico, ou melhor, revolucionário. De modo que convém diferenciá-lo.

4. O nacionalismo revolucionário como forma de superação da estrutura dependente

Jorge Enea Spilimbergo (2002, p. 15), em seus estudos sobre o nacionalismo na obra de Marx e Engels, define a nação como uma estrutura comunitária determinada por certo nível de processo histórico correspondente ao capitalismo em ascensão, que temporalmente, começou a se formar nos últimos séculos da Idade Média com o desenvolvimento do comércio, indústria e da civilização burguesa. A nação é portanto uma criação burguesa dentro da qual as leis regem a vida em sociedade, sendo também espaço da luta de classes em suas especificidades. É certo que nossa proposta de nacionalismo nada tem a ver com a vertente reacionária que intenta a manutenção da ordem vigente, mas a vertente que busca a emancipação dos povos oprimidos pela via revolucionária.

A nosso ver, há uma diferença concreta entre o nacionalismo burguês e o nacionalismo revolucionário, pois o primeiro se baseia na definição de um território e de um Estado que sirvam de base para a dominação imperialista, a expansão dos capitais pertencentes à nova formação social; enquanto o segundo se constrói sob a base histórica de uma nação constituída, mas se opõe a ela enquanto estrutura de dominação capitalista. Quando essa relação é inserida na dinâmica da dependência, a utilização dos pressupostos nacionalistas ganha ênfase.

Para Spilimbergo (2002, p. 93) a autoconsciência nacional dos povos dominados nasce em resposta dialética à miséria e crise provocadas pelos países dominantes, ao mesmo tempo que os povos coloniais veem nos seus exploradores o modelo civilizatório almejado:

Porém, ao fazê-lo, descobrem que não é mais possível repetir o antigo ciclo clássico para o regime burguês desenvolvido, porque este regime fundado na economia de mercado, na competição e o lucro, na expansão incessante a todos os lugares para estabelecer seu monopólio colonizador, já é um sistema fechado que não tolera novos concorrentes. [...] O imperialismo ao se projetar nas sociedades atrasadas empurra-as brutalmente para o progresso histórico; porém, não lhes oferece um futuro à sua imagem e semelhança. É para ele questão de vida ou morte manter sufocado o que despertou, imóvel o que fez andar, prisioneiro o que libertou. (Spilimbergo, 2002, p. 93-94).

Não sendo repetível o ciclo de desenvolvimento dos países dominantes, a alternativa é

a ruptura com o modo de produção que oprime os povos periféricos. Os países latino-americanos são ligados pela história comum de dominação, ressalvadas as particularidades nacionais e regionais. Spilimbergo (2002, p. 13) alude a unidade latino-americana como única via para a autodeterminação plena dos povos da região. Destaca que o imperialismo gera desigualdades e conflitos que alimentam a reação popular, tornando a unidade uma necessidade estratégica para alcançar a independência política e econômica. Faz referência à ideia de "pátria comum" proclamada por Bolívar e seguida por Abreu e Lima, enfatizando que a América Latina constitui uma "nação inconclusa, porém ineludível". É nesse sentido que Samir Amin (1981, 153) afirma que a luta pelo socialismo na periferia do sistema imperialista não deve ser estranha, ou mesmo oposta, à luta de libertação nacional, pois a transição para o socialismo é resultante da fusão histórica dessas duas lutas.

Como expõe Spilimbergo (2002, p. 85), Marx e Engels acreditaram, durante muitos anos, que o triunfo do socialismo nos países mais avançados eliminaria a exploração de classe, eliminando também a opressão de uma nação sobre as outras. Ou seja, acreditavam que os países desenvolvidos, por conta de sua influência, conseguiriam fazer com que o socialismo se espalhasse pelo mundo. Numa concepção etapista, ambos negavam a possibilidade de nações submetidas, que não passaram pelas fases mais avançadas do capitalismo, se libertar. Defenderam, inclusive, a liberdade comercial para acelerar a revolução social por entender que ela desintegra as antigas nacionalidades e exacerba o antagonismo entre o proletariado e a burguesia.

Apenas quando se defrontaram com a questão da Irlanda e sua relação com a Inglaterra que Marx e Engels (1979) puderam constatar o elo de dominação que oprimia o povo irlandês em benefício da Inglaterra. Marx passa, então, a propor a proteção aduaneira contra a Inglaterra como medida de proteção ao povo irlandês. Sua concepção muda porque agora ele reconhece a existência do desenvolvimento desigual e as condições gerais de vida entre Inglaterra e Irlanda, que não haviam sido niveladas pelo desenvolvimento capitalista pois o desenvolvimento da primeira subdesenvolveu a segunda.

Engels, por outro lado, percebe a aristocratização do proletariado inglês, corrompido por sua burguesia, onde os sindicatos — reformistas — passam a reivindicar aumento salarial e deixam de questionar a ordem social existente. Marx e Engels (1979) observando as contradições da relação Inglaterra-Irlanda — na Irlanda a luta adquire o caráter de uma luta nacional contra uma classe estrangeira — passam a supor que a conquista da independência nacional irlandesa garantiria o socialismo na Inglaterra. Embora essa indicação não tenha se concretizado, podemos inferir que uma revolução nacional num país periférico pode se tornar

a alavanca da revolução social. Spilimbergo (2002, p. 14) afirma que a mudança de posição de Marx e Engels foi veementemente ignorada pela esquerda.

Essa mudança de posição em Marx e Engels em que percebem o problema do desenvolvimento desigual pela dominação, nos permite estabelecer mais um lastro com a Teoria Marxista da Dependência. Como já abordado, os países latino-americanos estão condicionados à dependência pela sua inserção na divisão internacional do trabalho, porém, é a constituição de estruturas internas de reprodução do subdesenvolvimento, que se traduzem na política interna nacional, que reiteram as condições específicas de desenvolvimento capitalista dependente na periferia latino-americana. São as próprias classes dominantes nativas que impõem limitações ao desenvolvimento autônomo mantendo-se associadas ao capital internacional e, assim, garantindo a apropriação externa de excedentes, a transferência de valor, o monopólio tecnológico, a economia extrativista, dentre tantas outras formas de espoliação das riquezas nacionais.

Logo, a forma específica pela qual a nação é sabotada pela dinâmica do desenvolvimento desigual do capitalismo nos faz inferir que a transformação deve se dar em torno da nação. Dessa forma, o nacionalismo revolucionário, que só é possível com o poder nas mãos da classe trabalhadora, é uma forma viável de desenvolvimento autônomo, ao constituir uma oposição ao capital-imperialista e romper com a estrutura dependente.

Considerações finais

No primeiro capítulo deste artigo apresentamos as relações de dependência, a partir das obras de Andre Gunder Frank e Ruy Mauro Marini, apontando a conformação de leis tendenciais de funcionamento do capitalismo dependente latino-americano, principalmente no que condicionam a uma forma determinada de acumulação, baseada na superexploração da força de trabalho e na posição de rebaixamento da economia frente a uma divisão internacional do trabalho. Como consequência do desenvolvimento desigual e combinado, a existência da relação de dependência aponta para o desenvolvimento dos países centrais e o subdesenvolvimento dos países periféricos, sendo ambos, portanto, parte da totalidade do sistema capitalista.

A integração dos países periféricos ao sistema capitalista mundial e a relação que estes mantêm de subordinação aos países centrais indicam uma determinada forma de atuação da dependência, ou seja, sua função como causa contra-arrestante permanente à lei tendencial da queda da taxa de lucro. O que significa compreender de forma integrada a periferia do sistema

capitalista e seu centro, onde a primeira é explorada em prol da segunda e, quando enfrenta crises, os capitalistas compensam a perda através dos mecanismos da dependência.

Para indicar os elementos que fundamentam nossa tese — de que a dependência é causa contra-arrestante permanente da lei tendencial da queda da taxa de lucro —, no segundo capítulo expomos o processo da acumulação capitalista e a lei que daí deriva, de tendência à queda da taxa de lucro, desenvolvido por Karl Marx no livro 3 de O capital. A lei tendencial da queda da taxa de lucro expressa a condição necessária de expansão permanente do modo de produção capitalista, indicando também que o desenvolvimento capitalista gera crise, o consumo e a destruição de capital. Entretanto, se a tendência se apresenta progressiva e aponta para momentos críticos, é verdade que a dialética do sistema também produz a contra-tendência, formas de reduzir e até evitar a tendência indicada.

No terceiro capítulo, portanto, expomos as causas contra-arrestantes apontadas por Marx, entendendo que elas não são, e nem poderiam ser, taxativas, ou seja, são apenas exemplos, mas não resumem a totalidade das causas que impedem a total efetivação da lei tendencial da queda da taxa de lucro. Indicamos, também, que parte das causas citadas por Marx compõem os mecanismos da dependência e, portanto, a dependência se apresenta em várias das causas e, ao mesmo tempo, é uma causa específica que auxilia na compensação do capital nos países centrais e impede o efeito terminal do sistema.

Com o objetivo de apontar uma proposta de atuação da classe trabalhadora frente ao problema identificado, no quarto capítulo consideramos o nacionalismo revolucionário como um possível projeto de atuação, com o qual, a partir dos pressupostos nacionais, seria possível subverter as estruturas da dependência e romper com a relação metrópole-satélite, cortando as vinculações com o capital internacional e com a tendência associativa dos capitalistas nativos. Para introduzir essa questão, portanto, realizamos uma retomada do debate do nacionalismo revolucionário a partir de Jorge Enea Spilimbergo, aduzindo sua concepção de nacionalismo revolucionário, a impossibilidade de repetição do desenvolvimento dos países centrais e a relevância estratégica da unidade latino-americana como autodeterminação e sua conexão com a crítica à dependência.

Esperamos ter consigo apontar a relação entre o modo de desenvolvimento capitalista dos países centrais, desenfreado e destrutivo, com a situação de dependência da periferia, onde as mazelas se tornam formas de acumulação e apropriação de excedentes para o centro. Reconhecendo essa dinâmica é possível identificar que, enquanto as nações latino-americanas se mantiverem associadas a esse modelo de desenvolvimento, permanecerá o

subdesenvolvimento, e toda crise de acumulação nos países centrais se traduzirá em maior exploração dos trabalhadores aqui, que sofrem, mas não devem deixar de lutar jamais.

Referências

AMIN, Samir. *Classe e nação: na história e na crise contemporânea*. Lisboa: Moraes: 1981.

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. (Org.) *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Crise Capitalista: financeirização ou queda da taxa de lucro?*. In: ALVES, G.; Corsi, F. L.. (Org.). *Crise Capitalista no Século XXI: um debate marxista*. 1ed. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2021, v. 1, p. 121-144.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos: Salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 13 fev. 2025.

FOLADORI; MELAZZI; KILPP. *A Economia da Sociedade Capitalista e suas Crises Recorrentes*. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FRANK, Andre Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina* (1968). Tradução de Elpidio Pacios. Edição Eletrônica: Eumed.net, 2005.

LUCE, Mathias Seibel. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias - uma visão histórica*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy. Mauro. *Dialética da Dependência*. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). *Marini, Vida e Obra*. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. *Proceso y tendencias de la globalización capitalista* (1997). In.: América Latina, dependencia y globalización. Antología y presentación, Carlos Eduardo Martins. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política: livro III: o processo global da produção capitalista*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. *Imperio y colonia escritos sobre Irlanda*. 1 ed. México: Siglo XXI, 1979. (Cuadernos de pasado y presente). Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/tematica/cuadernos-pyp/Cuadernos-PyP-72.pdf>. Acesso: 12 fev 2025.

SFILIMBERGO, Jorge Enea. *A questão nacional em Marx*. Florianópolis: Insular, 2002.

XAVIER, Marlon de Oliveira. *Contribuições da Teoria Marxista da Dependência para Analisar o Estado: Relações e Estruturas no Capitalismo Dependente*. Dissertação de Mestrado em Direito. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.